

**Empreendedores avaliam que incertezas comprometem atração de investimentos privados
Para **Cláudio Sales**, por postergar entrada de projetos nos últimos anos, país corre risco de pagar mais caro pela energia no futuro**

Júlio Santos, da Agência CanalEnergia, Negócios

14/09/2005

Risco de déficit de energia a partir de 2009, gargalo no processo de licenciamento ambiental, pressão da alta carga tributária no insumo energia e a necessidade de superar impasses deixados pelo novo modelo. Investidores e financiadores apontaram estes problemas como os principais entraves para garantir o fluxo de recursos para a expansão do sistema elétrico nos próximos anos, durante o painel "Requisitos para atração de investimentos privados", promovido pela **Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica** nesta quarta-feira, 14 de setembro, no primeiro dia do 2º Enase (Encontro Nacional do Agentes do Setor Elétrico), em São Paulo.

"Nos últimos 30 meses nenhum grande projeto hidrelétrico foi iniciado. Isso aumenta o risco de déficit a partir de 2009 acima dos 5% considerados razoáveis", ressaltou Cláudio Sales, presidente da CBIEE. Uma das conseqüências apontadas pelo executivo é o risco de a energia ficar mais cara no futuro. Por exemplo, ele citou que a iniciativa defendida pelo governo de converter térmicas a gás para gerar a óleo diesel, para compensar a falta de suprimento para o gás natural, terá um custo estimado em US\$ 2 bilhões. "Com certeza, este é um custo que poderia ser evitado", observou.

Além de apontar a necessidade de equacionar pontos do novo modelo, como o pagamento pelo Uso do Bem Público, o executivo destacou a necessidade de rever a carga tributária que incide sobre o setor, apontando como caminho a inclusão na MP do Bem de pontos como o retorno ao regime de cobrança cumulativa do PIS/Cofins (reduzindo as alíquotas de 9,25% para 3,65%); a isenção de IPI e PIS/Cofins para novos projetos de geração; a manutenção da isenção de PIS/Cofins para carvão e gás natural utilizados em termelétricas; e o diferimento do ágio pago sobre o UBP das usinas hidrelétricas leiloadas até 2002.

A resolução de questões do novo modelo também é uma condição para o Grupo Suez Energy Brasil, controlador da Tractebel Energia levar as hidrelétricas de Estreito (TO/1087 MW) e São Salvador (TO/GO - 241 MW) para o leilão de energia nova, previsto pelo governo para acontecer na primeira quinzena de dezembro. Para Gil Maranhão Neto, diretor de Desenvolvimento de Negócios da empresa, é preciso fazer a alocação correta de riscos, pois o que não for definido corretamente agora vira sobrepreço para o projeto no futuro.

"Com isso, o governo corre o risco de ir contrar suas premissas principais, como a modicidade tarifária", observou o executivo. Uma das críticas de Gil Maranhão envolve o modelo de contrato que o Ministério de Minas e Energia colocou em audiência pública. Para ele, o modelo é uma cópia do contrato feito para o leilão de energia existente. "Não faz sentido utilizar o mesmo contrato para projetos que vão vender energia por 30 anos", criticou.